

Ponderação do parecer da Infraestruturas de Portugal - IP
(matéria de PDM)

QUADRO 1

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL (IP)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
GERAL				
GER.01	6	Como ponto prévio da análise, importa referir que se entende profício que se proceda corretamente, desde logo, à identificação das infraestruturas rodoviárias na proposta de Revisão do PDM da Covilhã, de acordo com a sua nomenclatura, classificação e jurisdição, conforme mencionado nos pontos 2 e 3 desta e da anterior apreciação e de acordo com o PRN.	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).	Recomendação Acolhida
GER.02	6	Em alguns documentos apresentados, verifica-se que as referências sobre alguns troços de estradas da rede rodoviária, no concelho da Covilhã, não se encontram corretas de acordo com o PRN 2000, nem com o referido no presente e no anterior parecer de 28-06-2024, pelo que o conteúdo de alguns capítulos ou subcapítulos, bem como representações gráficas, dos elementos disponibilizados deverão ser revistos/corrigidos e ajustados de acordo exposto anteriormente.	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).	Recomendação Acolhida
REGULAMENTO				
REG.01	6	Considera-se adequado que se proceda, em secção própria e/ou artigo único do Regulamento , à identificação, hierarquização e nomeação da rede rodoviária, devendo ser identificada e respeitada a designação das estradas constante do Plano Rodoviário Nacional e das Estradas Nacionais Desclassificadas, bem como a sua jurisdição, tal como indicado no ponto 3 da presente análise. Esta identificação, quer em termos de representação cartográfica quer em termos de legenda, deve ser assegurada uma legibilidade que as permita distinguir com clareza da rede municipal.	<p>Alterar o artigo 108.ª Hierarquia da Rede Rodoviária, de acordo com o parecer:</p> <p>As infraestruturas rodoviárias no concelho da Covilhã encontram-se representadas na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas e compreendem:</p> <p>1- As vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e Rede Rodoviária sob jurisdição da I.P.:</p> <p>a) Rede Rodoviária Nacional (RRN)</p> <p>i. Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais — IP)</p> <p>- IP2/A23, incluindo acessos e ramos de ligação, integrado na Concessão Beira Interior (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.</p> <p>ii. Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP (Estradas Nacionais — EN)</p> <p>- EN232, entre o pk 83+473, limite municipal com o município da Guarda, a Norte, e o limite municipal com o município de Belmonte, na União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.</p> <p>b) Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP</p> <p>- ER338, entre o pk 30+164 e o 32+333, entre o 33+316 e o 34+730 e entre o pk 35+309 e o 35+759, decorrendo entre os Limites municipais com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339;</p> <p>- ER339, entre o pk 20+000 e o 31+870, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã.</p> <p>- O segundo troço da ER339, que decorre entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o acesso 31 do 1P2/A23, encontra-se integrado na Concessão Beira Interior.</p> <p>c) Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP</p> <p>- EN18 (do pk 24+400 ao pk 47+200), entre o entroncamento com a EN232 e o limite municipal com o município do Fundão, a Sul;</p> <p>- EN230 (do km 165+460 ao km 197+939), entre limite municipal com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo (rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18-4), encontrando-se a assegurar o corredor do IC6 previsto.</p> <p>2- As vias incluídas na rede rodoviária municipal, que compreendem as estradas e os caminhos municipais.</p>	<p>Recomendação acolhida.</p> <p>OBS.: de acordo com esclarecimentos prestados pela Infraestruturas de Portugal (IP).</p>
REG.02	7	Da análise do Regulamento , verifica-se que alguns troços de estradas da Rede Rodoviária, com incidência na área do Plano, não se encontram identificados corretamente de acordo com a sua nomenclatura, classificação, jurisdição, nem está em conformidade com o PRN em vigor e nem com o supracitado no ponto 3 da presente e da anterior análise.	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).	Recomendação Acolhida
REG.03	7	No Regulamento e na Planta de Condicionantes , na identificação das servidões rodoviárias e da rede ferroviária, devem observar-se os condicionalismos definidos no EERRN, bem como o regime de proteção aplicável ao Domínio Público Ferroviário, devendo remeter-se para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos.	O artigo 7.º Regime Geral (Título II – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública), refere a obrigatoriedade da consulta e cumprimento da legislação específica da SRUP em causa.	Recomendação Não Acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.04	7	<i>A proposta de hierarquização viária do concelho a constar do Regulamento (e também da Planta de Ordenamento) não deverá suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, de estradas regionais e de troços de estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP, bem como a sua jurisdição.</i>	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).	Recomendação Acolhida
REG.05	7	<i>Os conteúdos dos pontos "iii. Rede Rodoviária Nacional:", "iv. Estradas Regionais:" e "v. Estrada Nacional Desclassificada, sob jurisdição da IP:" da alínea "h) Infraestruturas" do número 1 do "Artigo 6.º Identificação" do Regulamento deverão ser revistos/corrigidos e ajustados de acordo com o exposto no ponto 3 da presente e da anterior análise de 28-06-2024. Esclarece-se ainda que a EN18, no concelho da Covilhã, não faz parte da Rede Rodoviária Nacional, designadamente da Rede Nacional Complementar, uma vez que é uma Estrada Nacional Desclassificada pelo PRN.</i>	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).	Recomendação Acolhida
REG.06	7	<i>Igualmente, o conteúdo do "Artigo 108.º Hierarquia da rede rodoviária" deverá ser revisto/corrigido e ajustado de acordo com o apresentado no ponto 3 da presente e da anterior apreciação de 25-06-2024.</i>	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01). Adicionalmente, alterar redação do artigo 111.º. Subsecção II – Rede Rodoviária – Hierarquia Funcional Artigo 111.º - Identificação A rede viária do concelho da Covilhã é estruturada e classificada funcionalmente na perspetiva de otimização da função de circulação rodoviária e da respetiva compatibilização com outros modos de transporte, com o objetivo de dotar o território concelhio de um adequado sistema de mobilidade e transportes, observando a seguinte hierarquia funcional: a) Nível I – Rede Coletora: (...): i. IP2/A23; b) Nível II – Rede de Distribuição Principal: (...): i. EN230; ii. EN232; iii. EN18; iv. EN18-3; v. EN18-4; c) Nível III – Rede de Distribuição Local: (...): i. ER338 (entre o limite de concelho com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339); ii. ER339 (entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã); iii. Estradas e Caminhos Municipais; iv. Vias não classificadas que asseguram ligações entre aglomerados; v. Acessos previstos à Serra da Estrela; Nível IV – Rede de Acesso Local: (...).	Recomendação Acolhida
REG.07	7	<i>As apreciações anteriormente aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	7	<i>De salientar, ainda, que a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal na Planta de Ordenamento não deve comprometer o nível de serviço e função inerente às estradas da RRN, às estradas regionais e às estradas desclassificadas sob jurisdição da IP, nem o cumprimento dos requisitos legais em matéria de ruído ambiente, desaconselhando-se, grosso modo, a qualificação de "espaços residenciais", "espaços de atividades económicas" e "espaços destinados a equipamentos" na proximidade dessas estradas. Sem prejuízo do respeito pela zona de servidão aplicável, trata-se de resguardar as estradas de futuras pressões urbanísticas e, ao mesmo tempo, de resguardar o ambiente urbano, e em particular os recetores sensíveis, do ruído proveniente da circulação rodoviária.</i>	Não se justifica a alteração da qualificação do solo na planta de ordenamento, uma vez que não se verificam incumprimentos legais. Acresce, ainda, no que diz respeito às zonas <i>non aedificandi</i> das vias, bem como as pressões urbanísticas mencionadas, as mesmas encontram-se resguardadas pelas SRUP aplicáveis. Entende-se, por isso, que a qualificação proposta é compatível com a legislação em vigor e salvaguarda adequadamente os objetivos de ordenamento do território e de proteção do ambiente urbano.	Recomendação Não Acolhida
ORD.02	7	<i>Ainda no âmbito das propostas de qualificação funcional do solo urbano deve assegurar-se que a articulação das futuras acessibilidades às estradas da rede rodoviária nacional seja sustentada na captação e ligação aos nós e intersecções existentes. As propostas de acessibilidades diretas constituem, regra geral, pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego e segurança da circulação.</i>	Considerando o teor da proposta, e que a mesma não é tratada no âmbito do PDM, mas sim em fase de projeto, será acolhida sempre que possível.	Parcialmente Acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.03	8	<i>Da análise à Planta de Ordenamento - Qualificação e Classificação do Solo e relativamente à rede viária, verifica-se que é de difícil leitura e interpretação, uma vez que, na representação gráfica dos troços de estradas, continua a faltar a indicação/designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura, classificação e em conformidade com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, e ainda com o exposto no ponto 3 do presente e do anterior parecer, o que facilitaria a leitura; igualmente constata-se que não distingue os troços de estradas da rede da IP, S.A. dos troços de estradas da rede municipal; também na legenda deverá ser indicada as vias associadas a cada nível hierárquico, de modo a não suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificados sob jurisdição da IP e os troços de estrada municipais; ainda na legenda, falta indicação/designação e hierarquização da rede rodoviária de acordo com o PRN e com o apresentado no ponto 3 desta e da anterior análise, bem como falta indicação dos respetivos troços de estradas que representam graficamente os traçados dessas vias.</i>	Com o objetivo de facilitar a leitura das várias componentes da Planta de Ordenamento, a rede viária e a respetiva hierarquia funcional são representadas numa planta desdobrada — Planta de Ordenamento – Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes. Esta planta inclui, igualmente, a representação da rede ferroviária (Linha da Beira Baixa), das interfaces de transporte (Central de Camionagem e Estação Ferroviária da Covilhã), bem como das infraestruturas aeroportuárias existentes no território municipal. Neste âmbito, optou-se por não replicar a informação relativa à hierarquia da rede viária na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, dado que a mesma se encontra integralmente representada na respetiva planta desdobrada.	Recomendação Não Acolhida
ORD.04	8	<i>As considerações atrás citadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
ORD.05	8	<i>Relativamente à Planta de Ordenamento - Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes, identicamente, se verifica que é de difícil leitura e interpretação, uma vez que, na representação gráfica dos troços de estradas, continua a faltar a indicação/designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura, classificação e em conformidade com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, e ainda com o exposto no ponto 3 da presente e da anterior análise, o que facilitaria a leitura; igualmente constata-se que não distingue os troços de estradas da rede rodoviária nacional de troços de estradas regionais, nem de estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP e nem de troços de estradas da rede rodoviária sob jurisdição do Município; ainda na representação gráfica e também na legenda, relativamente a indicação das vias associadas a cada nível hierárquico, deverão ser indicadas com o prefixo "Ex" ou "EM" os troços de Estradas Municipalizadas (antigas Estradas Nacionais entregues ao Município: EN18, EN18- 3, EN18-4, EN230, EN343, EN345), por exemplo, Ex-EN18 ou EM18, Ex-EN18-4 ou EM18-4, Ex-EN230 ou EM230, etc.), de forma a distinguir dos troços de Estradas Desclassificadas sob jurisdição da IP (EN18, EN230), bem como de modo a não suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificados sob jurisdição da IP e os troços de estradas municipais ou municipalizadas.</i>	Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01), nomeadamente: Incluir designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura e classificação, em conformidade com o proposto. Efetuar a distinção dos troços, em conformidade com o proposto. Proceder à indicação das vias associadas a cada nível hierárquico, em conformidade com o proposto. Adicionalmente, alterar título da legenda de <i>Hierarquia da Rede Viária</i> para <i>Hierarquia Funcional da Rede Viária</i> .	Recomendação Acolhida
ORD.06	8	<i>As Plantas supramencionadas anteriormente e outras, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, ajustadas e melhoradas, de acordo com o citado antes e de forma a distinguir os troços de estradas da rede rodoviária nacional, troços de Estradas Regionais, troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estradas da rede Municipal.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
ORD.07	8	<i>As alterações anteriormente mencionadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos elementos que lhe fizer referência.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
COND.01	9	<i>Ainda, no que se refere à Planta de Condicionantes, em conformidade com a legislação em vigor, deverá a mesma contemplar a representação cartográfica das áreas incluídas no Domínio Público Ferroviário e das zonas de servidão non aedificandi aplicáveis aos troços da Rede Rodoviária Nacional, das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com desenvolvimento na área do concelho da Covilhã, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do Regulamento.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
COND.02	9	<i>Analisada a Planta de Condicionantes — Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas, verifica-se que apresenta algumas incorreções na representação gráfica da rede viária e na legenda que deverão ser revistos/corrigidos e adaptados; o traçado de um pequeno troço da Estrada Nacional EN232, entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o limite de concelho de Belmonte, está erradamente representado com o traço das Estradas Nacionais Desclassificadas, em vez de estar representado com o traço das Estradas Nacionais; na freguesia de Tortosendo consta-se que, na representação gráfica do traçado de um troço da Estrada Nacional Desclassificada EN230, a sul do entroncamento/rotunda com a EN18-4 municipalizada, falta a representação da zona non aedificandi; verifica-se ainda que, a norte do entroncamento/rotunda com a EN18-4 municipalizada, está erradamente representado o traçado do troço da EN230 municipalizada, uma vez que na representação gráfica deste troço utiliza o traço das Estradas Nacionais Desclassificadas, em vez de utilizar o traço das estradas da Rede Municipal.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
COND.03	9	<i>Na legenda, a menção "Vias não incluídas no Plano Rodoviário Nacional (PRN)", deverá ser revista/corrigida e ajustada, uma vez que, de acordo com o PRN em vigor, as Estradas Regionais integram a categoria de "Estradas Regionais", prevista no PRN 2000 e incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
COND.04	9	<i>A Planta supracitada, incluindo a legenda, deverá ser revista/corrigida, ajustada e melhorada, de acordo com o aludido anteriormente e de forma a distinguir os troços de estradas da Rede Rodoviária Nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estradas da rede Municipal.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
COND.05	9	<i>As apreciações anteriormente aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.</i>	Alterar de acordo com o parecer.	Recomendação Acolhida
RELATÓRIO DA PROPOSTA				

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO							
REL.01	9	<p><i>O conteúdo referente à Rede Rodoviária da "Tabela 35. Servidões e Restrições de Utilidade Pública com incidência no concelho da Covilhã" (página 220), do "capítulo 6. Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública" do Relatório da Proposta, deverá ser revisto/corrigido e ajustado de acordo com o PRN em vigor e com o exposto no ponto 3 desta e da anterior avaliação; o mencionado "Vias não incluídas no PNR" deverá ser substituído por "Vias não incluídas no PRN"; de referir ainda que as Estradas Regionais são vias que constam no atual PRN e integram a categoria das Estradas Regionais, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, pelo que não deverão ser consideradas como "Vias não incluídas no PRN".</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).</p> <table><tr><td rowspan="4">Plano Rodoviário Nacional</td><td>Rede Nacional Fundamental</td></tr><tr><td>Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP</td></tr><tr><td>Estradas Regionais sob responsabilidade da IP</td></tr><tr><td>Estradas Nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP</td></tr><tr><td>Vias não incluídas no PRN</td><td>Rede Rodoviária Municipal</td></tr></table>	Plano Rodoviário Nacional	Rede Nacional Fundamental	Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP	Estradas Regionais sob responsabilidade da IP	Estradas Nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP	Vias não incluídas no PRN	Rede Rodoviária Municipal	Recomendação Acolhida
Plano Rodoviário Nacional	Rede Nacional Fundamental										
	Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP										
	Estradas Regionais sob responsabilidade da IP										
	Estradas Nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP										
Vias não incluídas no PRN	Rede Rodoviária Municipal										
REL.02	10	<p><i>Na página 266 do subcapítulo "6.4 Infraestruturas", relativamente aos domínios em que são integradas as SRUP, a menção "Rede Rodoviária Regional" deverá ser substituída por "Estradas Regionais", como já referido antes; deverá ainda ser acrescentada "- Estradas Nacionais Desclassificadas", uma vez que Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas são vias não incluídas no PRN, "Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)", como já aludido atrás.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p>	Recomendação Acolhida							
REL.03	10	<p><i>O conteúdo do primeiro parágrafo da página 276 do subcapítulo "6.4.5 Rede Rodoviária Nacional" deverá ser revisto/corrigido e ajustado de acordo com o descrito no ponto 3 da presente e da anterior apreciação de 25-06-2024, com o PRN em vigor e com o já referido. Mais uma vez se esclarece que a EN18, no concelho da Covilhã, é uma não classificada pelo PRN 2000 e não faz parte da Rede Nacional Complementar.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).</p>	Recomendação Acolhida							
REL.04	10	<p><i>Na "Tabela 42. Vias ou troços de vias integrados na Rede Rodoviária Nacional" (página 276) deverá ser retirada a menção "EN18", uma vez que a EN18, no concelho da Covilhã, não pertence à Rede Rodoviária Nacional, como aludido anteriormente.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).</p>	Recomendação Acolhida							
REL.05	10	<p><i>O título do subcapítulo "6.4.6 Vias não incluídas no Plano Rodoviário Nacional" (página 276) deverá ser substituído por "6.4.6 Vias não incluídas no Plano Rodoviário Nacional e Estradas Regionais", uma vez que as Estradas Regionais são vias que constam no atual PRN e integram a categoria das Estradas Regionais, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p>	Recomendação Acolhida							
REL.06	10	<p><i>Na página 365 do subcapítulo "9.2 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes" é mencionado "De acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com a redação atual, o concelho da é atravessado por três vias da Rede Rodoviária Nacional: o IP2/A23 (Rede Nacional Fundamental), a EN18 (entre o limite com Belmonte e a rotunda com a EN232 e a EM18-desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A.) e a EN232 (entre o limite com a Guarda e a rotunda com a EN18 e a EM18).</i></p> <p><i>São também identificadas estradas não integradas no PRN2000, nomeadamente as ER338 e ER339 e as EN18 e EN230 (desclassificadas), que continuam sob jurisdição da IP até à sua eventual integração na rede municipal, mediante acordo de mutação dominial com a Câmara Municipal."</i></p> <p><i>Sobre o supracitado nos dois parágrafos anteriores, considera-se ser de referir que o conteúdo dos mesmos não está totalmente correta, pelo que, deverá revisto/corrigido e ajustado, de acordo com o apresentado no ponto 3 da presente e da anterior análise e com o PRN em vigor. Mais se esclarece que, de acordo com o PRN e com o descrito no ponto 3, o concelho da Covilhã é atravessado por duas vias da Rede Rodoviária Nacional (1P2/A23 e a EN232), por Estradas Regionais (EN338 e ER339) integradas no PRN 2000 e pelas Estradas Nacionais Desclassificadas (EN18 e EN230), sob jurisdição da IP, não integradas no PRN 2000.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer (ver recomendação REG.01).</p> <p><i>De acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com a redação atual, o concelho da Covilhã é atravessado por duas vias da Rede Rodoviária Nacional (IP2/A23 e a EN232), por Estradas Regionais (EN338 e EN339) e pelas Estradas Nacionais Desclassificadas (EN18 e EN230), sob jurisdição da IP.</i></p>	Recomendação Acolhida							
REL.07	10	<p><i>Na página 366 e relativamente a alínea "h) Nível II — Rede de Distribuição Principal:" a menção "EN2030" deverá ser trocada por "EN230".</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p>	Recomendação Acolhida							
REL.08	10	<p><i>As considerações atrás citadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.</i></p>	<p>Alterar de acordo com o parecer.</p>	Recomendação Acolhida							

Ponderação do parecer da Infraestruturas de Portugal - IP
(matéria de AAE)

QUADRO 1

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL (IP)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

Avaliação Ambiental Estratégica

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RELATÓRIO AMBIENTAL				
RA. 01	12	<i>No âmbito do Quadro de Referência Estratégica (QRE), no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, reitera-se o já referido no parecer anterior, uma vez que consideramos que o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000),deverá ser tido como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, e de ser possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano com incidência no concelho da Covilhã. Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do FCD3.Ordenamento e Coesão territorial, o qual tem como critério de sustentabilidade "Mobilidade - Avaliação das propostas do plano ao nível dos sistemas de mobilidade urbana, do grau de cobertura territorial e qualidade dos serviços de transporte público e do potencial de transição para modos suaves e outros meios de transporte mais sustentáveis."</i>	O PRN2000 integra o QRE da AAE, conforme referido na ponderação ao parecer anterior.	Recomendação acolhida
RA.02	12	<i>Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.</i>	As referências à rede rodoviária e ferroviária que constam do RA encontram-se em conformidade com os restantes elementos do Plano.	Recomendação acolhida